

RESULTADO DOS RECURSOS DO GABARITO E PROVA OBJETIVA**CONHECIMENTOS GERAIS – NÍVEL BÁSICO**

LÍNGUA PORTUGUESA				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
05	37.133	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÕES ANULADAS As questões foram anuladas por serem iguais, segue abaixo o item do Edital que, se refere à pontuação de anulação de questões:
10				13.5.3 - Na hipótese de a análise do recurso resultar em anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

RACIOCÍNIO LÓGICO				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
13	36.395	DEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	QUESTÃO ANULADA Houve uma falha na proposição dada em questão. O correto deveria ser que, os algarismos iriam aparecer novamente no relógio do professor, não importando a ordem, contudo deveria ser descartada a possibilidade de permanecerem na mesma hora dada, ou seja, a possibilidade de aparecerem as 10h novamente. Por esse motivo o recurso está coerente.

CONHECIMENTOS GERAIS – TÉCNICO NÍVEL MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
02	37.456	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Embora um dos sentidos da palavra “epopeia” seja o de uma “longa narrativa”, essa interpretação não é possível a partir do vocábulo em questão. É a partir das várias acepções que a palavra “epopeia” possui que, no enunciado proposto, verifica-se que a ideia buscada pelo autor foi justamente a de uma “sucessão de eventos incomuns”, uma vez que, conforme se lê durante o texto, as práticas de assédio, embora estejam sendo banalizadas, ainda são difíceis de ser encaradas como normais. Importante frisar que a palavra “extraordinário”, mencionada em tal recurso, é um adjetivo usado para designar algo “que foge do usual ou ao previsto; que não é ordinário; fora do comum; extra” (HOUAISS, 2009), o que corrobora para o entendimento da alternativa A como sendo a única que corresponde ao que se pede no comando.
03	37.456	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	Sabendo-se que “conjunção é uma palavra invariável que liga orações ou palavras da mesma oração” (CEGALLA, 2008, p. 289), tem-se que a palavra “segundo” aqui exerce tal papel de ligação e, embora possa causar estranheza por estar iniciando um período, essa função se mostra evidente quando é feita a inversão no trecho destacado, como se vê: “situações de assédio online aumentaram 26.000% entre 2015 e 2017, segundo levantamento do Instituto Avon”. Logo, o termo destacado não faz conexão entre palavras, mas liga palavras dentro de uma mesma oração, não se tratando de uma preposição.
10	35.422	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O comando da questão explicita que “Com relação às classes gramaticais das palavras destacadas nos trechos abaixo, a alternativa que não apresenta par com categorias idênticas às das outras é: ”. Logo, conforme o próprio candidato destaca no presente recurso, a alternativa A é a única que difere das outras, visto que nela o par de classes gramaticais é formado por <i>verbo</i> e <i>advérbio</i> , não por <i>verbo</i> e <i>substantivo</i> .

RACIOCÍNIO LÓGICO				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
12	37.456	INDEFERIDO	ALTERAÇÃO DO GABARITO	As figuras ilustram os movimentos, independentemente que a figura irá girar uma ou duas vezes. E as figuras estão girando de ponto médio em ponto médio, o primeiro e o segundo movimento foram dados para ilustrar isso. O terceiro movimento seria fazer o octógono girar, uma vez, no sentido horário e isso faz com que o vértice 1 se encontre com o ponto médio do lado \overline{FG} . A questão também informa que os movimentos são ALTERNADOS, e segundo o recurso acima citado, o 2º e o 3º movimento estão girando a mesma figura, o que não pode acontecer.
	37.104			As figuras estão girando de ponto médio em ponto médio, o primeiro e o segundo movimento foram dados para ilustrar isso. O terceiro movimento ilustrado neste anexo está incorreto, pois o vértice deveria ir, na verdade, para o ponto médio do lado \overline{FG} e não direto para o vértice F. Isso fez o candidato pular um movimento.

INFORMÁTICA				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
19	35.742	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	A alternativa B NÃO está correta porque a opção “disco local” não aponta as informações de espaço livre e ocupado no disco rígido e sim somente as pastas de arquivos que nele estão armazenadas. Para se ter acesso às informações das quantidades de espaço usado e de espaço livre é necessário o acesso a opção “propriedades” que somente se obtém a partir do “clique” com o botão direito do mouse na opção “disco local”, exatamente como indica a alternativa D, somente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - TÉCNICO NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
25	35.351	INDEFERIDO	ALTERAÇÃO DO GABARITO	<p>A questão aborda o tópico “Bens Públicos”. O texto-Base da questão conceitua a expressão terras devolutas e revela a classificação de Bens Públicos. O enunciado da questão solicita ao candidato que identifique a correta classificação das terras devolutas cuja preservação seja essenciais a proteção ambiental, conforme a classificação de bens públicos dada anteriormente.</p> <p>Observa-se que a questão busca a correta classificação das terras devolutas que sejam imprescindíveis a preservação do meio ambiente. Portanto, há um questionamento bastante específico e para obter a correta interpretação do assunto convém a análise das normas brasileiras e da doutrina correspondente ao assunto tratado.</p> <p>A CRFB, de 1988, normatiza que: Art. 20. São bens da União:(...) II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei; Art. 225, § 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.</p> <p>O Código Civil, Lei nº 10.046, de 2002, regulamenta que: Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem. Art. 99. São bens públicos: I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.</p> <p>Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado. Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.</p>

				<p>Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei. Logo, são bens da União as terras devolutas que forem indispensáveis à preservação ambiental. Conforme definido em lei. A CF em seu art. 225, §5º torna “indisponíveis as terras devolutas [...] necessárias à proteção dos ecossistemas naturais”. Isso implica exceção à regra geral de que terras devolutas são bens dominicais ou disponíveis. A importância da preservação ambiental tornou constitucionalmente indisponível (ou seja, insuscetível de alienação de qualquer espécie) as terras devolutas necessárias a proteção ambiental. (BEO <i>in</i> MACHADO, 2017, p. 128)</p> <p>PIETRO (2002, p. 907) acrescenta que, são exemplos de bens de uso especial os imóveis onde estão instaladas repartições públicas, os bens móveis utilizados pela Administração, museus, bibliotecas, veículos oficiais, terras dos silvícolas, cemitérios públicos, aeroportos, mercados e agora, pela nova Constituição, as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.</p> <p>O candidato solicita a alteração do gabarito para alternativa “D” e consequente classificação de terras devolutas imprescindíveis a preservação do meio ambiente como Bens Públicos Dominicais da União. Contudo, é importante analisar que os Bens Dominicais são passíveis de alienação e a função de preservação do meio ambiente dada as terras devolutas impede a alienação das mesmas. Em vista disso, as terras devolutas imprescindíveis a preservação do meio ambiente devido a sua característica de proteção dos ecossistemas não pode ser alienada e é classificada pela doutrina como Bens de Uso Especial. Por isso, a alternativa “B” está correta e permanece como gabarito da questão.</p> <p>Referências Bibliográficas: BEO, Cintia Regina. Art.s. 18 a 24. In: MACHADO, Antonio Claudio da Costa (Org). Constituição Federal Interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 8. Ed. Barueri: Manole, 2017. BRASIL. Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 13/05/2018. BRASIL, Constituição da república Federativa do Brasil de 1988. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24/05/2018. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 30.Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.</p>
34	35.351	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>A questão aborda o decreto Federal nº 5296/04. O enunciado da questão solicita ao candidato que identifique a assertiva que exemplifica corretamente uma barreira urbanística.</p> <p>Para responder corretamente ao enunciado da questão, convém analisar o normatizado pelo Decreto nº 5296/2004:</p> <p>Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se:</p>

				<p>I – (...)</p> <p>II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:</p> <p>a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;</p> <p>b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;</p> <p>c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e</p> <p>d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;</p> <p>O candidato argumenta que a lei não especifica “barreira urbanística” porém, conforme o exposto pelo próprio candidato e a transcrição da norma, barreiras urbanísticas são as existentes nas vias públicas e nos espaços públicos.</p> <p>A norma ainda classifica barreiras nos transportes, nas comunicações e informações e nas edificações.</p> <p>Analisando as alternativas constata-se que:</p> <p>(A) ônibus de transporte público que não possui acesso facilitado a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.: Conforme a norma em estudo trata-se de uma barreira no serviço de transporte, ou seja, barreira no transporte e por isso não atende o enunciado.</p> <p>(B) prédio de habitação multifamiliar, nos quais o acesso aos andares se dá exclusivamente por escada.: Conforme, o Art.8º, II, b, é corretamente classificada como barreira nas edificações, logo, incorreta.</p> <p>(C) estacionamento em via pública, sem vaga preferencial para pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida.: É a única alternativa que trata de um elemento urbanístico (via pública), portanto está em acordo com a classificação da norma e atende corretamente o enunciado da questão.</p> <p>(D) supermercado que não possui nenhum sanitário apropriado ao uso por pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida.: Conforme a legislação tratada é uma barreira localizada em uma edificação de uso coletivo, logo também não atende o enunciado da questão e está incorreta.</p> <p>Dessa forma, a alternativa “C” permanece como o gabarito da questão.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p>
--	--	--	--	--

				BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm > Acesso em: 27/05/2018.
38	35.351		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>A questão trata do tópico “Formas de tratamento”. O enunciado da questão solicita ao candidato que a respeito do tema tratado assinale a alternativa correta. O gabarito preliminar considera a alternativa “C” como correta, a qual afirma que: Vossa Senhoria pode ser utilizado para qualquer cidadão.</p> <p>O candidato defende que “a forma de tratamento VOSSA SENHORIA, não é utilizada para qualquer cidadão. Mas sim para pessoas com grande prestígio como, vereadores chefes, secretários e diretores de autarquias. Portanto, não deve ser utilizado para qualquer cidadão”</p> <p>A despeito do argumentado pelo candidato, o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, normatiza que Vossa Senhoria é adequado as autoridades não contempladas pelo uso de Vossa Excelência e para particulares. Dessa forma, não há barreiras para que o pronome seja corretamente empregado em comunicações dirigidas a um cidadão comum;</p> <p>LEDUR (2015) ainda acrescenta que, Vossa Senhoria pode ser utilizado para qualquer cidadão ainda que não se trate de autoridade.</p> <p>Portanto, a alternativa “C” está CORRETA e permanece como gabarito da questão.</p> <p>Referências Bibliográficas:</p> <p>LEDUR, Paulo Flávio. Manual de Redação Oficial: para todas as instancias e esferas do Poder Público, inclusive nos meios eletrônicos. 1. Ed. Porto Alegre: AGE, 2015</p> <p>BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.</p>
	37.456			

FISCAL				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
26	35.658	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O conteúdo programático do edital exige do candidato conhecimentos de noções de direito administrativo. O direito administrativo é ramo do direito público que tem como objeto de estudo os princípios e regras que disciplinam a função da Administração Pública. Na Constituição Federal, o art. 37 trata destas questões e por vezes, alguns incisos e parágrafos do referido artigo correlacionam-se com leis esparsas. Assim, todos os assuntos dispostos no art. 37 da CF/88 estão implícitos em noções de direito administrativo.</p> <p>O comando da questão trata de atos de improbidade previsto no § 4º do art. 37 da CF/88 e as sanções aos de improbidade estão previstas na Lei 8.422/92. Embora a lei não esteja explícita no conteúdo programático, é um contrassenso admitir que o candidato ao estudar noções de direito administrativo, isto é, os assuntos abordados no art. 37, escuse-se de estudar atos de improbidade ou não admiti-lo como inserido no conteúdo programático de noções de direito administrativo, haja vista este assunto está expresso no art. 37, 4º da Constituição Federal. Repisemos que as questões elaboradas não fogem ao tema de direito administrativo e seus conceitos básicos. Portanto, os atos de improbidade e suas sanções fazem parte do conteúdo programático porque incluem-se nas noções de direito administrativo por previsão expressa no art. 37 da CF/88. É conhecimento básico de direito administrativo o conceito de agente público, que são aqueles que exercem função pública, podendo ser servidores ou não. Ao exercer função pública, não podem cometer atos ou se manterem omissos de modo a ofender os princípios da administração pública, pois assim cometem atos de improbidade.</p> <p>A questão trata desse conhecimento básico sobre agente público e ato de improbidade – alternativa correta: letra C.</p> <p>Portanto, o limite para abordar-se os assuntos delimitados no tema “noções de direito administrativo” é o art. 37 da Constituição Federal que se desdobra em conhecimentos básicos de leis esparsas implícitas no conteúdo programático. Recurso Indeferido.</p>
	37.337			
	35.742			
	36.000			
29	36.000	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>O conteúdo programático referente a “noções de direito administrativo” é amplo, por esta razão há diversos assuntos implícitos referentes à administração pública. O conceito de Administração Pública subdivide-se em objetivo e subjetivo e deve ser conhecimento basilar do candidato. Não se pode cercear questões que tratem de “conceito” de administração pública, quando o tema abordado é “noções de direito administrativo”.</p> <p>A questão é interpretativa pois o texto-comando da questão afirma: “No sentido objetivo material ou orgânico, a administração pública é a atividade concreta e imediata do Estado” essa atividade é o serviço público: fomento, poder de polícia intervenção na ordem econômica etc. A questão é sobre quem exerce a atividade administrativa, ou seja, quem presta o serviço público e desenvolve estas atividades. A alternativa correta é</p>

				letra C. Em suma, a Administração Pública é o conjunto de pessoas jurídicas (conceito subjetivo formal ou orgânico) que realizam a atividade administrativa (conceito objetivo material). Recurso Indeferido.
31	35.658	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	O conteúdo programático do edital exige do candidato conhecimentos de noções de direito administrativo. O direito administrativo é ramo do direito público que tem como objeto de estudo princípios e regras que disciplinam a função da Administração Pública. Na Constituição Federal, o art. 37 trata da Administração Pública, suas regras e princípios. Assim, todos os assuntos dispostos no art. 37 da CF/88 estão implícitos em noções de direito administrativo. O comando da questão trata de casos que a Administração Pública não precisa licitar. Este tema está previsto no art. 37, XXI da CF com o seguinte texto “ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública”. Dentre as ressalvas do art. 37 XXI, está a dispensa de licitação em caso de risco à Segurança Nacional, declarado por decreto presidencial após ouvido o Conselho de Segurança Nacional – art. 24, IX da Lei 8.666/93 – Alternativa correta: letra D. Não houve nenhum aprofundamento ou exigência do candidato de profundo conhecimento sobre a Lei n. 8.666/93, porém, considerando que o art. 37, XXI da CF/88 trata de dispensa e inexigibilidade de licitação, caberia ao candidato verificar quais são estes casos e que de que legislação trata o inciso, que são aqueles previstos no art. 24 e 25 da Lei 8.666/93. Embora não haja previsão expressa no conteúdo programático do edital, as noções de direito administrativo tratam dos conceitos básicos dos assuntos previstos no art. 37 da CF/88. A dispensa e inexigibilidade de licitação incluem-se nos conhecimentos básicos de direito administrativo. Portanto, o limite para abordar-se os assuntos delimitados no tema “noções de direito administrativo” é o art. 37 da Constituição Federal que se desdobra em conhecimentos básicos de leis esparsas implícitas no conteúdo programático. Recurso Indeferido.
	37.337			
	35.742			
	36.000			
34	35.658	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	A citação da Lei n. 8.429/92 por si não é suficiente para anular a questão, pois, o limite de abrangência dos assuntos relacionados ao tema “noções de direito administrativo” é o art. 37 da Constituição Federal que em seu art. 37, que trata da Administração Pública, traz no seu § 4º “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”. O tema “noções de direito administrativo” exige conhecimento básicos de algumas leis quando o art. 37 refere-se alguma legislação. É o caso por exemplo do inciso XXI que trata de ressalvas de alguns casos que dispensam ou não exigem processo licitatório, e que o candidato deva conhecer (trata-se da Lei n. 8.666/93, art. 24 e 25). É inviável o estudo de noções de direito administrativo sem que haja correlação com algumas leis, quer seja a Lei 8.429/92 que trata da improbidade administrativa, ou a lei de licitação Lei n. 8.666/93. O art. 12 da Lei 8429/92 prevê a perda da função pública para todos os atos de improbidade,
	37.337			

	35.742			corroborando o § 4º, do art. 37 da Constituição – Alternativa correta: letra C. Considerar-se-ia a anulação da questão se fosse exigido do candidato um conhecimento específico sobre a lei que não guardasse pertinência com o art. 37 da CF/88. Portanto, o limite para abordar-se os assuntos delimitados no tema “noções de direito administrativo” é o art. 37 da Constituição Federal que se desdobra em conhecimentos básicos de leis esparsas implícitas no conteúdo programático. Recurso Indeferido.
--	--------	--	--	---

CONHECIMENTOS GERAIS - NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
18	35.003	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>A definição do doutrinador, Júlio César de Sá da Rocha, é de que “o meio ambiente do trabalho se caracteriza como a ambiência na qual se desenvolvem as atividades do trabalho humano” <i>A defesa processual do meio ambiente do trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica. São Paulo, Ed. LTr, 2002.</i></p> <p>Segundo a Lei nº 8.080/90, art.6,§3.º, entende-se por saúde do trabalhador um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/cist/index.html</p> <p>Conforme a NR 7-NORMA REGULAMENTADORA 7 PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL</p> <p>7.1.1. Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores. http://www.trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR7.pdf</p> <p>A higiene e saúde no ambiente de trabalho abrangem o desenvolvimento de diversos programas e ações objetivando a promoção e prevenção da saúde do trabalhador, entre estes programas está o PCMSO, sendo assim, a pergunta está relacionada ao conteúdo programático.</p>
19	35.003	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Conforme refere a pesquisa do candidato, a pergunta foi elaborada com base no que foi noticiado no site da Polícia Federal onde encontramos a informação: “...o nome Lava Jato faz referência a uma rede de</p>

				lavanderias e um posto de combustíveis de Brasília que era utilizado por uma das organizações criminosas investigadas inicialmente para movimentar dinheiro ilícito. Sendo a resposta correta a opção (B) Era usado uma lava jato para movimentação do dinheiro ilícito. http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato
20	38.001	INDEFERIDO	ANULAÇÃO DA QUESTÃO	A pergunta foi: Que resposta é uma das funções de um código de ética de uma empresa? Sendo a resposta correta: (A) Função Cognitiva. Função Cognitiva: Identificar os comportamentos oportunistas (não éticos) e deixar claro o exercício apropriado da autoridade e da arbitrariedade, de modo que este não seja abusivo. https://www.gestaodesegurancaprivada.com.br/codigo-de-conduta-etica-nas-empresa/ http://www.eticanosnegocios.org.br/2011/pesquisa_codigo.php https://pt.slideshare.net/Luissaulo/codigo-de-etica-brasil-junior

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - NÍVEL SUPERIOR

TÉCNICO EM INFORMÁTICA				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
25	35.733		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>“ Ao sair da fábrica, o HD está preparado para operar como Master, sendo o primeiro dispositivo de uma interface, sem outro HD instalado como Slave, outro dispositivo de mesma interface. O disco IDE instalado como Master na interface IDE primária será acessado pelo sistema operacional como qual driver? “ O texto especifica conforme sublinhado as condições do HD citadas abaixo : - Hd sai da fábrica para operar como máster - Sem outro HD instalado como slave . O texto não está dizendo que o Hd foi instalado como “slave”, pelo contrário, ele afirma que não há outro HD. É sabido em todas as literaturas que O SISTEMA OPERACIONAL RECONHECE automaticamente nas condições de um único disco (conforme o exemplo do texto) o DISCO COMO driver C, alternativa correta letra “B”:.. Conforme citação abaixo do próprio texto enviado no recurso: “Um disco rígido configurado como Master receberá a letra C:, enquanto outro configurado como Slave receberá a letra D:.”</p>

				<p>Segue mais uma citação em que é afirmado que o Disco quando instalado, é reconhecido pelo sistema operacional como Drive C: 'Em computadores pessoais rodando sistemas operacionais como o MS-DOS e Windows, o disco rígido principal sempre é designado por padrão com a letra "C". "Acesso em 15/07/2018 : https://gizmodo.uol.com.br/disco-rigido-c/</p> <p>Alternativas abaixo incorretas</p> <p>(A) A. (Incorreta, pois é a letra padrão para drive de disquete)</p> <p>(C) E.(Incorreta, pois é a letra padrão para Cd/Rw/Dvd)</p> <p>(D) F.(Padrão Pen Drive)</p>
37	35.733		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>A alternativa correta da questão letra "A" afirma corretamente que o " Polo negativo preto do multímetro mede a um dos fios pretos do conector da fonte". Ou seja, o correto polo negativo com o polo negativo o que o próprio texto de citação informado na contestação do candidato afirma: "Coloque uma ponta (terra ou 0V) do multímetro sobre o fio terra (fio preto) da fonte."</p> <p>Conforme o que o texto da fonte pesquisada também afirma: "Para medir a tensão de cada uma das saídas, você conecta o polo negativo (preto) do multímetro a um dos fios pretos e conecta o polo positivo (vermelho) a fios de cada uma das três cores."</p> <p>As alternativas incorretas informam ligações erradas, por isso, alternativas erradas conforme abaixo:</p> <p>(B) Polo negativo preto do multímetro mede a um dos fios vermelhos do conector da fonte. (Incorreto, pois o polo preto negativo, mede o polo negativo preto e não polo positivo vermelho)</p> <p>(C) Polo positivo vermelho do multímetro conecta a um dos fios pretos do conector da fonte. (Incorreto, pois o polo positivo vermelho não conecta com o polo negativo preto)</p> <p>(D) Polo negativo preto conecta a um dos fios alaranjado do conector da fonte. (Incorreto, pois o polo preto negativo, mede o polo negativo preto e não polo positivo alaranjado.)</p> <p>Consulta em: http://dominiodatiblogspot.com/2012/05/como-testar-sua-fonte-de-alimentacao.html</p>
41	35.733		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Alternativa "A" QUE NÃO se pode afirmar em relação ao POST, pois quem grava as configurações do Setup é o CMOS e não o POST.</p> <p>Consulta em: https://www.hardware.com.br/termos/cmos</p>

43	35.733		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>Alternativa “A” incorreta - Cada arquitetura possui sua placa de rede específica e não qualquer uma é compatível com todas.</p> <p>Alternativa “B” incorreta - Não, uma placa de rede token ring não é compatível com uma placa Ethernet, pois são padrões diferentes.</p> <p>Alternativa “C” incorreta - As taxas de transmissão corretas é placas Ethernet de 10 mbps e 100 mbps e placas Token Ring de 4 mbps e 16 mbps.</p> <p>Alternativa “D” correta – Placas de rede Token Ring não são compatíveis com cabos coaxiais e sim com cabos de par trançado categoria 2</p> <p>Consulta em: https://www.hardware.com.br/livros/hardware-manual/placas-rede-1.html</p>
46	38.001		ANULAÇÃO DA QUESTÃO	<p>A alternativa “B” não está correta, pois o o “fio terra não é responsável pelas descargas e oscilações elétricas que danificam o equipamento”. No fio terra não existe alta corrente, as oscilações elétricas ocorrem no fio fase. O “terra” é um conector que possui valor igual a zero Volt absoluto, ou seja, seu valor não se altera, diferentemente do neutro. Dessa forma, ele é o responsável por eliminar a “sujeira” elétrica dos componentes, pois toda carga eletrostática acumulada neles é descarregada para a terra (é daí que surgiu seu nome).</p> <p>Consulta em: http://www.abytes.com.br/como-fazer-o-aterramento-de-forma-correta/</p>

OUTROS				
QUESTÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	STATUS	ARGUMENTO	PARECER
-	38.001	INDEFERIDO	-	Pelo item 13.6 Alínea "B" do Edital 001/2018.